

Lobão pede ajuda para indústria naval

O senador Edison Lobão lamentou ontem que apenas 2% das exportações brasileiras sejam transportadas por empresas nacionais de navegação e cobrou providências urgentes do governo federal para socorrer um setor da economia do país que já foi o segundo maior do mundo. **Página 4**



Projeto de José Ignácio (E) elimina burocracia na atualização dos acervos públicos. Bianco quer reduzir valor a ser pago pelas glebas rurais



Senado limita valor da terra em projetos de colonização

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos, segue também para a Câmara dos Deputados projeto que desburocratiza aquisição de livros pelas bibliotecas públicas

Foram enviados à Câmara dos Deputados dois projetos de lei, aprovados em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos no final do mês passado. O primeiro é um substitutivo do senador Jonas Pinheiro ao projeto do senador José Bianco, limitando o valor a ser pago pelas glebas de terra distribuídas em projetos de colonização oficial. Pela proposta, o teto será de 20% dos investimentos necessários à implantação do núcleo de assentamento. Os atuais critérios, fixados

pelo Estatuto da Terra, permitem, de acordo com Bianco, que sejam cobrados "valores elevadíssimos dos humildes colonos". O segundo projeto, do senador José Ignácio Ferreira, deverá desburocratizar a recuperação e atualização dos arquivos e bibliotecas públicas, ao retirar livros e registros magnéticos da classificação de material permanente da administração pública, para efeitos de substituição. Era uma antiga reivindicação dos profissionais do setor. **Página 3**

Unicidade sindical pode ser mantida

PÁGINA 4

Educar ajuda a preservar, diz Cabral

O senador Bernardo Cabral defendeu que se dê prioridade à educação, como forma de contribuir para o surgimento de uma consciência ambiental. Cabral anunciou o lançamento do livro *Caderno Legislativo nº 3/98 - Tratados Internacionais de Recursos Hídricos*. **Página 2**

PLANOS DE SAÚDE

Medida provisória agrada



Romero Jucá

Os ajustes feitos com a medida provisória editada pelo governo beneficiam o consumidor e facilitam o controle sobre os planos de saúde. A avaliação é do senador Romero Jucá, que ontem lembrou haver consenso no Senado sobre a necessidade da edição da medida após a entrada em

vigor da lei. Já o relator do projeto, senador Sebastião Rocha, achou a MP "boa", mas se preocupa com o fato de que a definição das normas sobre cobertura de transplantes e doenças complexas tenha sido atribuída ao Conselho Nacional de Saúde Complementar. **Página 3**



Sebastião Rocha

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (10.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quinta-feira (11.6.98)

Corpus Christi

Sexta-feira (12.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (15.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (16.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno do "Substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre iminunda de parlamentar; votação, em primeiro turno, das "PECs nºs 23 e 39/96, que dispõem sobre a iminundabilidade; segundo dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; "PDL nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santana do Livramento - RS; "PDL nº 117/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Guaiabá S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre - RS; "PDL nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória - ES; "PDL nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à L. A. Pereira e Oliveira Ltda.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento - RS; e "PDL nº 120/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista - SP

Quarta-feira (17.6.98)

11h - Sessão especial destinada a prestar homenagens ao ex-ministro Sérgio Motta

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia da discussão em segundo turno do "Substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre iminunda de parlamentar; votação, em primeiro turno, das "PECs nºs 23 e 39/96, que dispõem sobre a iminundabilidade; segundo dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; "PDL nº 122/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Patnarca de Cassilândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cassilândia - MS; "PDL nº 123/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora "ABC" Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André - SP; "PDL nº 125/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presi-

dente Prudente - SP; "PDL nº 137/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade Jandaia do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia - PR; "PDL nº 139/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí - SC; "Parecer nº 315/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 148/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do doutor Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte - MG, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Orlando Teixeira da Costa e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; "Parecer nº 316/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 156/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do doutor Gelson de Azevedo, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre - RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Manoel Mendes de Freitas e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; "Mensagem nº 144/98, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Paulo Dreyre Pinheiro, ministro de primeira classe do quadro especial da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República de Cingapura; e "Mensagem nº 161/98, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Sérgio Barcellos Telles, ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Libanesa

Quinta-feira (18.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 2/95, que altera dispositivos que menciona a Constituição federal; "Requerimento nº 350/98, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 109/97 com o PEC nº 75/97, por versarem sobre contratação, pelo estado, de empresas que utilizem trabalho infantil; "Requerimento nº 365/98, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho; e "Requerimento nº 400/98, que solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 116/98, de sua autoria, que altera a Lei nº 9.250, de 26/12/95, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas

Sexta-feira (19.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Terça-feira (16.6.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; "PLC nº 89/92, que concede isenção do imposto sobre Produtos Industrializados e do imposto de importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoas portadoras de deficiência; "PLC nº 03/98, que dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e "Mensagem nº 161/98, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$150.000.000,00, entre o Brasil e o Bird, destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento. Sala 19 - *Ala Senador Alexandre Costa*

Cabral cobra ações na área ambiental

Ao lembrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no último dia 5, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a sociedade brasileira precisa dar prioridade ao desenvolvimento da cidadania e ao investimento em educação, pois sem isso "não há consciência ambiental, não há defesa de meio ambiente e não há futuro". Ele comunicou que já está disponível o livro *Caderno Legislativo nº 3/98 - Tratados Internacionais de Recursos Hídricos*, definido pelo parlamentar como sua "modesta contribuição ao exercício da cidadania" pelos brasileiros.



Cabral: cidadania

Na avaliação do senador amazonense, "somente a capacitação de toda a sociedade e, principalmente, das novas gerações, vai fazer com que a dimensão

ambiental entre no cotidiano da vida brasileira". Para isso, sustenta, são necessários investimento, pessoal e vontade política. De outro lado, ele destaca nunca ter visto, na elaboração dos planos de governo, a participação de especialistas e técnicos das áreas social e ambiental. "Como fazer um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável contando somente com economistas e tecnocratas?", pergunta o senador.

O senador Bernardo Cabral lamenta o afastamento dos "cidadãos de bem da política" e avalia que a sociedade brasileira carece de bons valores, que honrem o passado histórico do Brasil e antevêm o futuro que o país merece.

Campos diz que Brasília está sendo desfigurada

O senador Júlio Campos (PFL-MT) protestou contra as agressões que, segundo ele, têm sido feitas ao plano original de Brasília, cidade tombada pela Unesco como patrimônio da humanidade. Segundo ele, construções não previstas, planejadas e executadas em função dos interesses mais diversos, não param de surgir.

— Está em andamento uma espécie de vale-tudo, em todos os setores da geografia do Distrito Federal. Aqui, instalou-se o costume de atropelar as leis ou até defender-se a infração, por meio da política do fato consumado — disse.

Júlio Campos observou que a

própria Praça dos Três Poderes, "um conjunto majestoso", está sendo vítima de um processo constante de descaracterização, com proliferação de anexos, "alguns formando espigões, algo inimaginável na leveza da concepção original".

Segundo o senador, aos 38 anos de existência, Brasília está distanciando-se com muita velocidade da concepção original. Ele citou o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, que, em entrevista ao *Correio Braziliense*, em julho de 1997, declarou: "É a coexistência, lado a lado, da arquitetura e da antiarquitetura, que se alastra."

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucílio Portella

Suplentes do Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Trabalhador rural pagará no máximo 20% do valor dos investimentos necessários à implantação do núcleo de assentamento

Vai à Câmara projeto que limita o custo da terra para colonos

O Senado enviou à apreciação da Câmara o substitutivo do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a projeto de lei do senador José Bianco (PFL-RO) que fixa o custo da parcela rural nos projetos de colonização oficial. O texto, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), estabelece que o colono pagará, no máximo, o equivalente a 20% dos investimentos necessários à implantação do núcleo de assentamento.

A proposição altera o Estatuto da Terra, que atualmente permite, segundo Bianco, sejam estabelecidos "valores elevadíssimos", considerando que o parceiro fica com a maioria das despesas e o Estado como "mero gestor do projeto, como se tratasse de colonização particular".

Pondera em sua justificativa o autor do projeto origi-



Jonas Pinheiro

nal que, se mantido o texto em vigor, "o humilde parceiro arcará com o total do preço pago pela desapropriação, com os custos das estradas vicinais, com a valorização resultante das obras de infra-estrutura do projeto, bem como com as benfeitorias de cada parcela, via demarcação, divisão dos lotes, etc.". Segundo relata, inúmeros colonos já não vêm conseguindo cumprir suas obrigações contratuais, ainda que fixadas ao longo de 20 anos.

— É de se reconhecer que estes trabalhadores sofridos, fantasiados de futuros proprietários, chegam a constituir fonte de receita espúria da União — afirma José Bianco, enfatizando a urgência de que seja fixado o preço de cada parcela "em bases verdadeiramente reais".

O projeto recebeu parecer favorável do senador Jonas Pinheiro, na forma do substitutivo que apresentou. Ele também considera "demasiado oneroso o preço a ser suportado" pelo colono no pagamento das parcelas de terra. Considerou, entretanto, conveniente alterar o valor fixo de 20% proposto por Bianco para um custo que "não excederá a 20%". Outra modificação por ele sugerida e aprovada pela CAE foi definir que a lei não obriga à redução do valor das parcelas vencidas ou pagas até a data de sua promulgação.

Bibliotecas públicas terão mais facilidade para comprar livros

O Senado enviou à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) que retira livros e registros magnéticos da classificação de material permanente da administração pública, para efeitos de substituição. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a proposta no final do mês passado, em caráter terminativo, e não houve recurso para votação em plenário dentro do prazo regimental de cinco dias úteis.

O objetivo do projeto, segundo José Ignácio, é eliminar a burocracia na atualização dos acervos de arquivos e bibliotecas públicas. "Trata-se de antiga reivindicação dos especialistas do setor, em virtude da alta



João Rocha

demandas de informação e da velocidade da produção dos seus meios de divulgação. Com essa nova legislação, a atualização dos acervos se fará com mais rapidez e critérios flexíveis", explica o senador em sua justificativa.

O senador lembra que o material documental, pelo simples fato de pertencer a bibliotecas públicas, está sempre

sujeito a rápida deterioração. "Os livros em particular, por conta do freqüente manuseio, solicitam uma ágil reposição, que enfrentava dificuldades por sua classificação como material permanente. Além disso, livros e material de registro magnético também estão sujeitos a extravios e furtos, exigindo rapidez na reposição."

Em seu parecer, o relator João Rocha (PFL-TO) alega que as bibliotecas foram bastante afetadas pela revolução trazida pela informática, que veio favorecer a realização de pesquisas e o controle do acervo. "Essa mudança vem forçando as bibliotecas e arquivos públicos a reverem suas práticas administrativas-burocráticas de substituição de material", afirma.

MP dos planos de saúde beneficia usuários, diz Jucá

"Todos os ajustes beneficiam o consumidor e facilitam o controle sobre os planos e seguros de saúde", avaliou ontem o senador Romero Jucá (PFL-RR), ao comentar a medida provisória editada pelo governo na semana passada e que complementa a lei dos planos e seguros de saúde aprovada pelo Congresso Nacional.

Segundo Jucá, o texto da lei apresenta imperfeições, devido à necessidade de se criar rapidamente uma legislação para um setor que envolve o atendimento a cerca de 45 milhões de pessoas. Por isto, havia no Senado um consenso de que era necessário complementá-la com uma medida provisória.

— O texto que veio da Câmara é razoável e, com algumas faltas de cobertura, surgiu a necessidade de aperfeiçoá-lo. A MP indica que o governo quer proteger o consumidor, com mecanismos que melhoram a fiscalização — afirmou o se-



Jucá vê maior controle no setor

nodor, que foi um dos principais negociadores da matéria no Senado Federal.

Romero Jucá elogiou o dispositivo que proíbe os reajustes dos contratos sem aprovação da Susep (Superintendência de Seguros Privados).

O senador está otimista com a nova realidade do setor. "A prática e a concorrência vão melhorar a qualidade dos serviços e diminuir os preços cobrados", acredita. Ele elogiou a criação do Conselho Nacional de Saúde Suplementar.

Cobertura dos transplantes preocupa Sebastião Rocha

Ao comentar a medida provisória editada pelo governo para disciplinar os planos e seguros de saúde na transição para o novo sistema, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) se disse preocupado com o fato de que a cobertura de transplantes e doenças de alta complexidade somente será definida pelo Conselho Nacional de Saúde Suplementar (Consu).

Relator da matéria no Senado, Sebastião Rocha esperava que a própria lei definisse as doenças de alta complexidade e os transplantes.

Entretanto, o senador achou que, "no geral, a medida provisória é boa, porque protege o usuário". Em sua opinião, a MP significou avanços em vários pontos e, como relator, ele se considera satisfeito com o êxito de seu trabalho.

Examinando a MP, o senador elogiou o artigo que veda qualquer variação nas prestações pagas por usuários que



Rocha: satisfeito com avanços

tenham mais de 60 anos; a proibição de interrupção de internações hospitalares; e a determinação de reduzir de três dias para 24 horas os prazos de carência para atendimento de urgência e emergência.

Rocha elogiou ainda o dispositivo que proíbe os reajustes de contratos sem aprovação prévia da Susep; e o que proíbe a suspensão unilateral dos contratos. A lei sancionada pelo presidente da República, regulamentando os planos de saúde, resultou de projeto do ex-senador Iram Saraiva.

Senador argumenta que o setor é de segurança nacional e apresenta projeto de incentivo aos estaleiros, com o objetivo de alertar o governo para a gravidade do problema

Lobão pede medidas urgentes para socorrer a indústria naval

"Indústria naval representa segurança nacional", afirmou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA), estarecido diante do fato de as empresas nacionais de navegação estarem transportando apenas 2% das cargas referentes ao comércio exterior brasileiro, que, em 1995, gerou mais de US\$ 6 bilhões em fretes internacionais.

Lobão fez uma advertência ao Senado, mas principalmente ao governo, sobre a necessidade de providências urgentes para socorrer o setor. "O Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima apresentou ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, um extenso documento em que explicita as soluções para dar, à nossa Marinha Mercante, as condições de competir nos mercados globalizados da navegação marítima", disse.

Com o objetivo de chamar a atenção do Poder Executivo para a gravidade da situação, Lobão apresentou projeto de lei que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais aos estaleiros de construção e reparo naval, mesmo sabendo caber ao presidente da República a iniciativa de apresentar proposta sobre



Lobão lamenta decadência naval

matéria tributária. "São empecilhos como este que estão subtraindo do Poder Legislativo suas tradicionais funções", observou.

Para Edison Lobão, é inadmissível que o parque naval brasileiro — o segundo do mundo na década de 70 — esteja atravessando uma fase tão decadente. "O sindicato apresentou algumas explicações, entre elas o descasamento cambial que, ao elevar muito os saldos devedores em dólares das embarcações, os transformou numa dívida impagável e incompatível com o mercado internacional", analisou.

Proposta de acabar com sindicato único tem parecer contrário

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) deu parecer contrário, como relator, à proposta de emenda constitucional do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que acaba com a unicidade sindical, permitindo a criação de vários sindicatos de uma categoria profissional na mesma base territorial. A matéria deverá ser votada na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Pela Constituição, é vedada a criação de mais de uma entidade sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados e não poderá ser inferior à área de um município. Dutra justifica que a Constituição deve ser atualizada, seguindo norma estabelecida pela Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que aprovou a pluralidade sindical.

— É um direito das classes se organizarem em um, dois, três ou mais sindicatos; é uma decisão que cabe só a elas tomar, à luz do acúmulo organizacional e das exigências das novas formas de produção — argumenta.

Já o relator, Roberto Requião, diz que não adianta possibilitar a criação de mais sindicatos, pois isso não vai solucionar os problemas vividos pela classe trabalhadora, principalmente o desemprego.

— Precisamos antes introduzir alterações na legislação trabalhista que possibilitem um papel mais relevante aos sindicatos, principalmente na formulação de acordos, convenções e contratos coletivos. Também é necessário repensar a Justiça do Trabalho, o seu poder normativo. É inadmissível que ainda hoje empresas e empregados resistam à livre negociação — afirma.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) pediu vista da matéria na reunião da CCJ realizada no dia 25, mas não apresentou voto em separado.



Parga: derrota geraria ceticismo

Parga acha que vitória na Copa ajuda o governo

Ao analisar o risco de insucesso do Brasil na Copa do Mundo, o senador Bello Parga (PFL-MA) disse, em entrevista, que, "se a seleção perder, aumenta o ceticismo daqueles que dão muita importância ao futebol"; em contrapartida, se o Brasil ganhar, a euforia do povo poderá favorecer o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Uma vitória na Copa do Mundo favorece qualquer governo", afirmou Parga, observando que até o regime militar tentou capitalizar a conquista no México em 1970. Ex-praticante de futebol no Maranhão, onde atuava como centro-avante, Bello Parga é flamenguista e confessou que só não torceria mais nesta Copa porque Romário não estará jogando. Ele confia na seleção, embora tema pelo pouco entrosamento dos jogadores. "O time ainda não adquiriu conjunto, mas o Zagallo foi um bom jogador e é um bom técnico", analisou.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o deputado federal Fábio Feldman sobre os mecanismos governamentais para preservação do meio ambiente

8h - Mulheres em Debate - entrevista com a Dra. Ceres Resende, pesquisadora e oncologista, e a Dra. Lucy Ishii, oncologista clínica, sobre os tipos mais comuns de câncer que atingem as mulheres, as formas de prevenção e tratamentos disponíveis

9h30 - Entrevista com o deputado federal Fábio Feldman sobre os mecanismos governamentais para preservação do meio ambiente

10h - Especial "Lideranças no Século XXI: Impactos da Passagem do Milênio" - palestra com o professor Roberto Crema, vice-reitor da Unipaz

12h15 - Entrevista com o deputado federal Fábio Feldman sobre os mecanismos governamentais para preservação do meio ambiente

13h30 - Mulheres em Debate - entrevista com a Dra. Ceres Resende, pesquisadora e oncologista, e a Dra. Lucy Ishii, oncologista clínica, sobre os tipos mais comuns de câncer que atingem as mulheres, as formas de prevenção e tratamentos disponíveis

14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)

18h45 - Entrevista com o deputado federal Fábio Feldman sobre os mecanismos governamentais para preservação do meio ambiente

19h30 - Mulheres em Debate - entrevista com a Dra. Ceres Resende, pesquisadora e oncologista, e a Dra. Lucy Ishii, oncologista clínica, sobre os tipos mais comuns de câncer que atingem as mulheres, as formas de prevenção e tratamentos disponíveis

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o Alfredo Rizkallah - presidente da Bovespa

sobre crise asiática e o fluxo de capitais no mundo

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - "Fala Cidadão"

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Reapresentação da sessão plenária

3h - Música e informação até às 7h30